



DEBATE SOBRE AS NEGOCIAÇÕES COLETIVAS DE 2016

Em encontro que aconteceu no dia 27 de setembro, na sede do Sinproquim, que é responsável por fazer a ponte entre as indústrias químicas e os sindicatos de trabalhadores do setor, especialistas de diversas áreas, como profissionais de Economia e do Direito, e representantes sindicais discutiram sobre as convenções coletivas que ocorrerão em novembro deste ano >

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

Saiba como é estabelecida a contribuição fiscal, prevista no art. 580 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e como o Sinproquim a reverte em benefícios aos sindicalizados



Bete Faria/ImagemCastro

EVENTO

“Importância da Gestão Segura de Produtos Químicos nas Empresas” foi tema de encontro realizado no Sindicato, ministrado pelo Prof. MSc. Fabriciano Pinheiro, no dia 1º de setembro

Novas perspectivas para a indústria química de São Paulo

Se, por um lado, a indústria brasileira ainda vivencia as consequências de uma crise econômica severa, por outro lado, começa a perceber sinais de melhora na confiança dos mercados, interno e externo, frente aos rumos que o Brasil vem tomando, após o impeachment da ex-presidente Dilma Roussef e das eleições municipais.

O índice de confiança do empresário brasileiro tem aumentado, muito em função de menor incerteza sobre a condução econômica do País, bem como pelos sinais de que o pior momento da recessão ficou para trás.

Segundo as projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI), a economia do Brasil permanece em recessão, mas a atividade parece estar perto da virada, à medida que os efeitos do declínio nos preços das commodities, dos ajustes dos preços administrados de 2015 e da incerteza política se dissipam. Em relatório divulgado em outubro, o Fundo manteve a projeção de queda de 3,3% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2016, e de alta de 0,5%, em 2017, além de prever que a economia mundial deverá crescer 3,1% neste ano.



Nelson Pereira dos Reis é presidente do Sindicato das Indústrias de Produtos Químicos para Fins Industriais e da Petroquímica no Estado de São Paulo (Sinproquim), vice-presidente da Fiesp e diretor-titular do Departamento de Meio Ambiente da entidade.

Diante desse cenário, o Sinproquim segue na promoção de ações que apoiem o fortalecimento da indústria química e petroquímica paulista, indústria essa de grande relevância para o desenvolvimento de importantes segmentos da economia, e que vem atuando com perseverança para enfrentar desafios, que não são poucos: entraves logísticos resultantes da falta de investimentos em infraestrutura, altos custos da energia, dificuldades de acesso ao crédito, além da alta dos juros e da carga tributária, que onera a produção e promove impacto direto no crescimento.

O Sindicato, que recentemente publicou um monitoramento inédito dessa indústria, com informações de cerca de 700 empresas de diversos segmentos da química e com o registro de mais de 1.000 produtos fabricados, tem atuado em frentes que apoiam o desenvolvimento desse setor.

Em seus 85 anos de atividades, o Sinproquim trabalha nas pautas trabalhistas, no acompanhamento dos assuntos legislativos e no fomento de discussões técnicas, políticas e econômicas que possam agregar valor aos negócios dos empresários do setor químico de São Paulo e promover o crescimento da indústria como um todo.

Nelson Pereira dos Reis

Soluções para uma sociedade responsável foi tema de congresso da Abiquim

Nos dias 18 e 19 de outubro, aconteceu, no Novotel Center Norte, em São Paulo (SP), o 16º Congresso de Atuação Responsável da Abiquim, evento que contou com o apoio institucional do Sinproquim. O diretor-executivo do Sindicato, Ricardo Neves, compareceu no encontro e participou da reunião do Conselho da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), que ocorreu no dia 18 de outubro. Sob o tema "Química – criando soluções para uma sociedade responsável", o congresso recebeu cerca de 500 profissionais e especialistas das mais diversas áreas.



EXPEDIENTE

"Informativo Sinproquim" é um órgão de divulgação do Sindicato das Indústrias de Produtos Químicos para Fins Industriais e da Petroquímica no Estado de São Paulo.

Presidente Nelson Pereira dos Reis **Vice-presidente** Maria Izabel Laczko Gebrael **Diretor Administrativo-Financeiro** Nívio Machado Rigos **Diretores** Ana Paula Santoro Coria, João Feliciano Lopes Rafal, José Borges Matias, Marcelo Arantes de Carvalho, Marcelo Lacerda Soares Neto, Márcio Sartori e Paulo de Tarso Albuquerque Araújo Sobrinho **Conselho Fiscal (efetivos)** Renata Oliveira Brostel, Ronaldo Silva Duarte e Thomas Reineke **Conselho Fiscal (suplentes)** Gustavo B. Grecco, Sebastião Carlos Gonçalves de Lima e Sérgio Mastrorosa **Delegado Repres. junto à FIESP (efetivo)** Nelson Pereira dos Reis **Diretor Executivo** Ricardo Neves de Oliveira **Secretária Executiva** Alheli Carolina Concepción Mó
Edição Way Comunicações Ltda. - Rua dos Caetés, 696 - 05016-081 - São Paulo - Tel: (011) 3862-1586 **Jornalista Responsável** Stéfanie Rigamonti (Mtb 0076172/SP) **Redação** Stéfanie Rigamonti **Revisão** Alessandra Nogueira **Direção de Arte e Editoração** Hilton Breymaier **Impressão** Arte Premium (2.700 exemplares) - Correspondências para o Informativo Sinproquim: Rua Rodrigo Cláudio, 185 Aclimação - 01532-020 - São Paulo - SP - Tel.: (011) 3287-0455 - sinproquim@sinproquim.org.br - www.sinproquim.org.br

> **BASF abre novo Centro de Tecnologia de Aplicação**

Recentemente, a BASF abriu um novo Centro de Tecnologia de Aplicação, na sede da divisão de Proteção de Cultivos, em Limburgerhof, Alemanha. A instalação está equipada com um pulverizador comercial de grande escala, capaz de conduzir testes controlados de novos produtos de proteção de cultivos sob condições agrícolas reais. O novo equipamento consolida os esforços da BASF de desenvolver formulações consistentes e promover uma aplicação mais fácil, segura e eficiente de seus produtos.

Até agora, os testes das formulações têm sido realizados em uma escala menor. Devido ao fato de a pulverização para proteção de cultivos estar cada vez mais complexa, os produtos para proteção das plantas e seus testes ganharam importância. Vários deles são misturados no tanque do pulverizador e os produtores, muitas vezes, enfrentam pressões de tempo e desafios logísticos enquanto realizam a pulverização. Tudo isso requer um processo de enchimento rápido e melhor manuseio.

Portanto, os produtos de proteção de cultivos devem atender a critérios mais rigorosos para uma utilização ideal e melhor desempenho. Por exemplo, eles devem ser estáveis quando misturados com outros e seguros para serem aplicados. A BASF abriu o novo Centro de Tecnologia de Aplicação para solidificar esses benefícios e aumentar ainda mais a qualidade de seus produtos de proteção de cultivos.

> **Clariant anuncia a instalação do Global Competence Center Haircare no Brasil**

A Clariant, uma das empresas líderes mundiais em especialidades químicas, escolheu o Brasil para instalar seu primeiro Global Competence Center Haircare (gCCH; em português: Centro Global de Competência em Cabelos), cuja inauguração acontecerá no primeiro trimestre de 2017. Localizado em São Paulo, o novo gCCH colocará os especialistas da Clariant no coração do mercado de tratamentos capilares que cresce mais rápido no mundo, permitindo que estejam próximos dos maiores clientes da região.

Atualmente, o Brasil é responsável por 20% do crescimento mundial em produtos para cuidados dos cabelos. O mercado local é muito ativo e com alto investimento, sendo que as mulheres utilizam, em média, oito produtos por dia para cuidar dos cabelos. O País se destaca pela adoção de inúmeros tratamentos capilares

com formatos variados, como o xampu a seco e o óleo para cabelos, que se consolidam apesar do preço relativamente elevado. O Brasil também abriga alguns dos principais institutos de pesquisa para o setor.

O novo gCCH contará com uma equipe de profissionais especializados, laboratórios de aplicação e formulação, além de salas para reuniões. As instalações de 240 m² oferecerão recursos e capacidade técnica avançada para permitir uma estreita colaboração com especialistas externos e com a rede de parceiros locais e globais, inclusive universidades e institutos. O gCCH será um centro para projetos inovadores de alcance mundial, com a finalidade de apoiar os formuladores a atender as suas necessidades de desenvolvimento de produtos e as tendências de consumo.

> **Braskem venceu o Valor 1000 na categoria Química e Petroquímica**

Braskem é a vencedora do prêmio Valor 1000, concedido pelo jornal Valor Econômico, na categoria Química e Petroquímica. A premiação aconteceu durante o evento de lançamento do Anuário Valor 1000, em São Paulo, no dia 12 de setembro. O trabalho de análises para definição do ranking, dividido em 25 setores, foi feito em parceria com a Serasa Experian e com o Centro de Estudos e Finanças da Fundação Getúlio Vargas.

Os critérios utilizados para o estudo dos balanços são Receita Líquida, Crescimento Sustentável, Margem de Atividade, Giro Ativo, Margem Ebitda, Rentabilidade, Liquidez Corrente e Cobertura de Juros.

> **Desengraxante ecológico da Quimatic Tapmatic garante limpeza mais segura e eficiente**

O excesso de graxa, óleo e de resíduos compromete a eficiência de máquinas e equipamentos utilizados por indústrias dos mais diversos segmentos. Para ajudar o setor industrial a alcançar mais precisão na limpeza do maquinário, a Quimatic Tapmatic desenvolveu o desengraxante à base d'água ED Solv.

Com formulação ecologicamente correta à base d'água, que não coloca em risco o meio ambiente ou a saúde dos usuários, o produto é ideal para aplicação em máquinas e equipamentos em geral. Voltado para todos os tipos de metais, Quimatic ED Solv ganhou recentemente nova fórmula e agora age até 10%

mais rápido. Além disso, está com odor cítrico mais leve e continua com os atrativos que fizeram da versão anterior um grande sucesso, entre elas o uso de aditivo ED, de Extremo Desengraxe.

O alto rendimento e economia são outros diferenciais do produto. A nova fórmula concentrada oferece a possibilidade de diluição de 1:100 em água e também permite a reutilização. Biodegradável e não inflamável, Quimatic ED Solv está disponível em embalagens plásticas de 5 litros, 20 litros, 200 litros e containers de 1000 litros. Mais informações no site:

<http://www.quimatic.com.br/produtos/desengraxantes-industriais/quimatic-ed-solv/>.

> **Dow e Adocol apresentam os resultados de adesivo de alta tecnologia**

A Dow, empresa do setor químico, e a Adocol, empresa paulista fabricante de adesivos industriais, uniram-se para levar ao mercado de embalagens de supercongelados, bebidas e cartuchos plastificados uma inovação em adesivos: o Performelt CQ-4135. A solução, baseada na tecnologia AFFINITY, da Dow, é capaz de reduzir em 30% os custos de desenvolvimento quando comparada às opções disponíveis no mercado, já que proporciona maior velocidade de empacotamento e menor desperdício. Esse caso de sucesso foi apresentado durante a Feira K, o maior evento de plásticos do mundo, que aconteceu de 19 a 26 de outubro, na Alemanha.

Para viabilizar a inovação e possibilitar à Adocol o fornecimento de um adesivo com desempenho técnico aprimorado, a Dow empregou uma tecnologia inovadora no mercado de adesivos, o AFFINITY GA. A nova resina oferece melhor estabilidade térmica e menor oxidação da formulação adesiva. Entre os benefícios associados estão o menor desgaste e temperatura de aplicação mais baixa.

AGENDA

Evento do setor em 2016

No dia 2 de dezembro, acontecerá o 21º Encontro Anual da Indústria Química (Enaiq 2016), promovido pela Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim). O evento será realizado no Sheraton São Paulo WTC Hotel, localizado na capital paulista, e contará com a presença de executivos do setor químico industrial, pesquisadores, acadêmicos, representantes do governo e parlamentares.

Cenários, tendências do processo das negociações coletivas e os limites da autonomia negocial segundo a Jurisprudência

A negociação compreende a integração e a permuta de informações entre os atores sociais, nesse sentido, evento contou com representantes do Poder Judiciário, da FEA/USP, do Desin/Fiesp e de entidades sindicais patronais e dos trabalhadores

No dia 27 de setembro, o Sinproquim realizou workshop sobre o tema “Cenários, tendências do processo das negociações coletivas para o ano de 2016 e os limites da autonomia negocial segundo a Jurisprudência”, a fim de alicerçar os parâmetros para as negociações coletivas deste ano. Essas convenções se desenvolvem entre meados de outubro e novembro, tendo em vista a representação da categoria econômica das empresas químicas e petroquímicas.

A abertura do evento foi realizada pelo diretor executivo do Sinproquim, Ricardo Neves, e pelo consultor jurídico e professor da FGV e FMU, Enio Sperling Jaques - idealizador do evento -, o qual asseverou que o evento trata-se de um acontecimento ímpar e de extrema relevância para a comunidade sindical, e encontra-se em consonância com a missão do Sinproquim, que é, sistematicamente, atuar como uma entidade sindical patronal protagonista do seu tempo, e fazer com que as coisas aconteçam, pois acredita que, com o diálogo, constrói-se uma boa convivência entre os protagonistas sociais. É dessa forma que o Sindicato contribui para um Brasil melhor, em termos das relações sindicais e laborais.

O workshop contou com a presença do desembargador Dr. Carlos Roberto Husek – vice-presidente judicial do TRT-2ª Região; Dr. Hélio Zylbertajn, professor da FEA/USP; Paulo Henrique Schoueri – diretor titular do Desin/Fiesp; os representantes das entidades sindicais dos trabalhadores Sergio Leite, presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Farmacêuticas do Estado de São Paulo (Fequimfar) e 1º secretário geral da Força Sindical, Airton Cano, coordenador político da Federação dos Trabalhadores do Ramo Químico da CUT do Estado de São Paulo (Fetquim-CUT/SP), e Herbert Passos Filho, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas, Farmacêuticas e de Fertilizantes (Sindquim); e o representante da CEAG-10, José Roberto Squinello.

O desembargador Dr. Carlos Roberto Husek abordou sobre “Os limites da autonomia negocial coletiva segundo a Jurisprudência; a exigência do pressuposto processual do ‘comum acordo’ para o ajuizamento do dissídio coletivo e a aplicação



Carlos Roberto Husek

do princípio de ultratividade da norma coletiva e da Lei nº 10.192/01 nos julgamentos do dissídio coletivo”. Primeiramente, o vice-presidente do TRT-2ª Região dedicou-se a esclarecer a respeito do papel da Justiça do Trabalho, ao afirmar que a maioria dos empresários acredita que o Poder Judiciário apenas protege o empregado. À luz desse pensamento, ele registou que há uma interpretação distorcida da função judicante, afinal, a Justiça do Trabalho, quando acionada, tem o objetivo de aplicar a legislação vigente, e são estas que possuem caráter protetivo. O palestrante ainda declarou que, com a finalidade das atividades mercadológicas não sucumbirem com as relações sociais, são necessárias, então, essas normas protetivas.

Continuou o desembargador, em sua explanação, referindo-se sobre a necessidade de existirem sindicatos bem estruturados e representativos das respectivas categorias, pois a debilidade sindical enfraquece o diálogo entre as entidades dos trabalhadores e das empresas. Por sua vez, o Brasil encontra-se desorganizado nesse sentido, e a tendência é que ocorra um desequilíbrio no debate sobre reforma de direitos. Nesse ponto, será de extrema necessidade o fortalecimento dos sindicatos. Não se pode esquecer que a presença do Estado também é indispensável para garantir os direitos essenciais, portanto, dizer que apenas a negociação basta ou só a lei basta é um equívoco.

O Dr. Husek também tratou da Súmula 277, do TST, que diz respeito à ultratividade das normas coletivas: “as cláusulas normativas

dos acordos coletivos ou convenções coletivas integram os contratos individuais de trabalho e somente poderão ser modificadas ou suprimidas mediante negociação coletiva de trabalho.” Este verbete, instituiu a ultratividade relativa da norma coletiva, e não plena, pois o que foi convenção deve ser mantido, a menos que haja mútuo consentimento. Ou seja, pode ocorrer a revogação por intermédio de uma nova negociação coletiva, firmando um outro acordo em que a respectiva cláusula normativa foi modificada ou suprimida.

No que tange à análise do dissídio coletivo e o cumprimento do pressuposto processual do “comum acordo”, este requisito é passível de diversas interpretações, mas o seu entendimento dominante é no sentido de obrigar as partes



Hélio Zylbertajn

a negociar, também, podendo ser alcançado o comum acordo no transcurso do dissídio coletivo, e não como um pressuposto processual para o ajuizamento do dissídio coletivo. Todavia, os debates continuam sobre esse assunto, que ainda não está solucionado e encontra-se nas mãos do Supremo Tribunal Federal (STF), o qual deve decidir se é ou não um pressuposto processual.

Com relação à aplicação da Lei nº 10.192/2001, o desembargador declarou que o TRT-2ª Região, em suas decisões em dissídio coletivo, tem garantido a aplicação do INPC para concessão do reajuste salarial, apenas, não proporcionando aumento real (adicional de produtividade).

A seguir, o professor Hélio Zylbertajn da

FEA/USP expôs o tema “O mercado de trabalho e a negociação coletiva: balanço e cenários para 2016”. Em sua explanação, o mestre da USP apresentou as estatísticas acerca do mercado de trabalho correspondente ao crescimento e à diminuição do PIB, desde o governo FHC até hoje; e mostrou os números com relação à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) e taxa média de emprego, que, atualmente, tem sido duramente castigada por a



Airton Cano

atual conjuntura econômica, que é de recessão. Assim, ele constatou que, nos últimos anos, o Brasil tem aumentado o desemprego, enquanto a produtividade está em queda, e, principalmente, os jovens têm dificuldades para encontrar o primeiro emprego.

Com relação aos resultados recentes das negociações coletivas, as suas perspectivas são de que os reajustes salariais oscilarão em torno do INPC, de forma parcelada, e alguns até abaixo do INPC. No campo político, o Dr. Zylberstajn comentou sobre dois projetos do governo Temer que, se forem aprovados, causarão conflitos entre os agentes políticos e entre os cidadãos: a PEC do teto de gastos (segundo a qual os gastos do governo, em 2017, só poderão crescer de



Herbert Passos Filho

acordo com o índice da inflação) e as reformas trabalhista e previdenciária (que refletirão nas futuras gerações).

No âmbito da economia, a regra será um rigoroso controle de gastos para todos – União,

Estados e Municípios; será necessário rever as despesas que não poderão ser suportadas por falta de receita. Ele exemplificou: a elevada importância de vencimentos dos coronéis aposentados, que é uma vantagem criada há muito tempo e, atualmente, não é mais compatível com a situação econômica que se enfrenta; redução da taxa de inflação e dos juros; nova política de privatizações, concessões e agências; e taxa de câmbio compatível com as exportações.

O diretor titular do Departamento Sindical da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Desin/Fiesp), Paulo Henrique Schoueri, discorreu sobre os trabalhos desenvolvidos pelo Desin no que se refere ao processo das negociações coletivas. Segundo Schoueri, o objetivo primordial do departamento é assessorar os sindicatos patronais, na busca por equidade e harmonia nas relações capital-trabalho, bem como desenvolver um trabalho de extrema relevância, que é o enquadramento sindical e a negociação coletiva das categorias profissionais diferenciadas.



Sergio Luiz Leite

No bloco dos expositores representantes das entidades sindicais dos trabalhadores, Sergio Luiz Leite, Airton Cano e Herbert Passos Filho se debruçaram sobre os aspectos econômicos das negociações coletivas em face da presente conjuntura econômica e das reformas trabalhista e previdenciária.

O presidente da Fequimfar, Sergio Leite, afirmou que as reformas trabalhista e previdenciária do governo Temer são classificadas como um retrocesso indesejável pelos sindicatos dos trabalhadores. “A crise no Brasil já foi bastante prejudicial, acarretando 12 milhões de desempregados e causando prejuízos para os sindicatos dos trabalhadores, bem como às empresas”, enfatizou. Pela sua ótica, o que ocasionou essa quantidade de desempregados foi a situação de indecisão política pela qual o Brasil passa, fato este que resultou na paralisação dos investimentos e do desenvolvimento no País.

Sergio Leite acredita que o debate a ser feito deve ser no sentido de driblar a crise e superar o desemprego. Dessa forma, ele pretende discutir



José Roberto Squinello

sobre a redução da jornada de trabalho e não o seu aumento. Outro ponto que abordou foi sobre a participação dos lucros e resultados (PLR), que tem sido um importante tema apreciado nas entidades sindicais dos trabalhadores. Segundo o palestrante, há, hoje, 3270 empresas do segmento econômico, sendo que 100 mil empregados são contemplados pela convenção coletiva. Assim, o tema da PLR precisa ser analisada juntamente com a questão da reposição de inflação, do aumento salarial e do piso salarial.

A seguir, o coordenador da Fetquim-CUT/SP, Airton Cano, andou na mesma esteira de Sergio Leite no que se refere à reforma trabalhista, manifestando que “os trabalhadores estão com uma perspectiva muito ruim nas fábricas. Há uma grande preocupação com a perda de emprego e essa situação precisa ser mudada”, disse. O palestrante professa a ideia da negociação coletiva permanente; assim, o trabalhador adquire mais confiança e fortalece todo o setor e, dessa maneira, edifica-se o coletivo e combate-se a individualidade. São Paulo é uma referência nesse sentido.

Por sua vez, o presidente do Sindquim, Herbert Passos, concordou com a tese da valorização do diálogo e da responsabilidade das partes, e adicionou que buscar a solução no Poder Judiciário não é o melhor caminho, pois este não conhece como funciona o chão de fábrica. Indo avante em sua apresentação, registrou que defende a posição do negociado sobre o legislado e asseverou que o atraso do processo da negociação é a falta de união entre as empresas, fato que não ocorre com a classe trabalhadora.

Ainda dentro do quarto bloco dos palestrantes, o coordenador das negociações coletivas da CEAG-10, José Roberto Squinello, demonstrou que as conquistas salariais por intermédio dos instrumentos coletivos pretéritos são consoantes a uma conjuntura econômica favorável. Por outro ângulo, Squinello evidenciou que, hoje, o cenário da economia é adverso para as empresas, com o câmbio desfavorável, inflação elevada, redução de volume de produção e vendas, além de enfrentar-se uma forte recessão. Dessa forma, as empresas não conseguem gerar fluxo de

caixa para quitar suas dívidas. Provavelmente, a economia dará sinais de melhora somente a partir de 2018.

Nesse contexto, as negociações coletivas se inclinam para uma redução dos impactos financeiros, plasmados nas convenções coletivas do trabalho, com foco na geração de caixa; concessão de índice de reajuste salarial, com o menor impacto possível na folha de pagamento; permanência do teto de aplicação como fator importante na redução do impacto financeiro do reajuste; e revisão da PLR e da taxa para fundo de inclusão social.

Encerrou o workshop o consultor jurídico do Sinproquim, Dr. Enio Sperling Jaques, que assinalou que, dentre as várias funções que



Paulo Henrique Schoueri

podem ser exercidas pelas entidades sindicais, a negociação coletiva é a mais importante delas.

Ou seja, o processo negocial tem prevalência, principalmente em uma época de conjuntura econômica adversa para todos. “Desse modo, será extremamente benéfico para os protagonistas sociais que eles se empenhem na busca de um consenso na mesa de negociação, procurando adaptar-se à realidade econômica do momento, ao levar em consideração as peculiaridades do atual estado frágil da conjuntura econômica que o País enfrenta”, afirmou Jaques. “Sendo assim, a realização desse evento teve como objetivo essencial fortalecer e valorizar o diálogo social entre as entidades sindicais empresariais e as dos trabalhadores”, concluiu. Ele também agradeceu os participantes por terem prestigiado o workshop.

EVENTO

Empresas que utilizam produtos químicos devem ficar atentas à segurança química

A importância de se implementar um programa de gestão dos riscos químicos foi tema de palestra promovida pelo Sinproquim e ministrada pelo diretor da InterTox, Prof. MSc. Fabriciano Pinheiro

Independente do segmento de mercado de uma empresa e da aplicação de seus produtos, toda companhia que tem contato com produtos químicos em alguma de suas atividades deve estabelecer e implementar um programa de gestão dos riscos químicos para o cumprimento

Importância da Gestão Segura de Produtos Químicos nas Empresas, ministrada pelo diretor da InterTox, empresa especializada em toxicologia, segurança química e risco químico, Prof. MSc. Fabriciano Pinheiro. A abertura foi realizada pela engenheira química e consultora do Sinproquim, Glória S. M. Benazzi.

Diversas instituições elaboraram definições do que é “segurança química”. “Em resumo, a expressão consiste na utilização racional e consciente dos produtos químicos. Trata-se de um conceito adotado globalmente, que foi desenvolvido para assegurar a proteção da saúde humana e do meio ambiente”, explica Pinheiro.

A segurança química envolve conhecimentos fundamentais, como ecotoxicologia, toxicologia e o processo de avaliação dos riscos químicos, com um estudo detalhado da exposição e de efeitos biológicos. Ele visa ao controle e à prevenção dos efeitos adversos ao humano e ao meio ambiente, ao longo de todo o ciclo de vida de um produto químico.

Portanto, a segurança química é uma ciência, baseada em uma reconhecida metodologia, e que é de extrema importância para a prevenção dos riscos (possibilidade da ocorrência de

uma perda ou dano, dependendo da forma de exposição ao produto), seja na etapa de transporte e recebimento de matérias-primas, no manuseio pelos trabalhadores, na fabricação e armazenagem de novos produtos, no transporte de produtos acabados ou na geração e descarte de resíduos.

Existem quatro fases no processo de avaliação do risco químico: identificação do perigo (capacidade de uma substância causar danos, observando unicamente suas propriedades intrínsecas), avaliação da relação dose-resposta (quantidade segura para o manuseio de determinado componente), avaliação da exposição (a que situações a substância pode ser exposta sem causar danos) e caracterização do risco (resultado das avaliações anteriores). “Para realizar a análise de cada uma dessas etapas, é importante que haja profissionais qualificados nas empresas, que tenham conhecimentos específicos para empreender um estudo dos possíveis perigos e os riscos de substâncias e misturas, a fim de evitar danos em cada etapa de fabricação ou aplicação do produto”, alertou o palestrante.

Ao longo de sua exposição, que contou com ampla participação da plateia, Fabriciano Pinheiro abordou sobre os sistemas de classificação de perigos de produtos químicos, o Sistema Globalmente Harmonizado de Classificação e Rotulagem de Produtos Químicos (GHS), o transporte de produtos perigosos, os documentos de comunicação de perigos (FISPQ, rótulo, Ficha de Emergência e FDSR), o controle da exposição, as ações de minimização dos riscos e a legislação e obrigatoriedades.



Glória Benazzi e Fabriciano Pinheiro

da legislação que garante a segurança para os trabalhadores, consumidores e meio ambiente. Para discutir esse tema, o Sinproquim promoveu, no dia 1º de setembro, a palestra

Elaboração e aprimoramento de políticas de *compliance* organizacional em face à Lei Anticorrupção (12.846/13)

Em razão da criação de uma nova legislação sobre integridade, programa de *compliance* tornou-se uma necessidade para agregar valor aos negócios e deverá ser o foco no cenário empresarial

No dia 5 de outubro, realizou-se, no Sinproquim, workshop sobre “Elaboração e aprimoramento de políticas de *compliance* organizacional em face da Lei Anticorrupção”, idealizado pelo consultor jurídico do Sinproquim, Dr. Enio Sperling Jaques. Para expor o tema, contou-se com a presença da gerente da área Forense na Pricewaterhousecoopers (Pwc), Juliana Breno, profissional especializada em *compliance* no âmbito das empresas e pós-graduada em Gestão de Fraudes pela Fundação Instituto de Administração – FIA.

Inicialmente, o consultor jurídico do Sinproquim assinalou que o termo *compliance* significa cumprir, executar, satisfazer e realizar o que lhe foi imposto. Ou seja, *compliance* é estar em conformidade, é o dever de cumprir as normas. E completou que as práticas de *compliance* devem estar no foco dos gestores, pois é uma necessidade crescente no cenário empresarial e as companhias precisam realizar negócios de forma ética e em conformidade com a lei, a fim de não criarem passivos legais.

Logo a seguir, Juliana Breno abordou a questão do *compliance* organizacional. Ela demonstrou que as regras de *compliance* se constituem basicamente de medidas a serem tomadas para prever os riscos legais que uma conduta inadequada de empregados ou sócios podem trazer à empresa. A advogada explicou o que é uma fraude, os elementos indispensáveis para programas de *compliance* eficazes, passos para implementação do programa, estruturação de um programa de *compliance* eficiente, técnicas recomendadas pelos reguladores, revisão, monitoramento e auditoria, gestão de crises, isto é, o que fazer em caso de crise, e tratou das figuras do *whistleblower*, que é uma importante ferramenta jurídica no combate à corrupção e ao lobista.

Em sua palestra, a especialista afirmou que a fraude é cometida para prejudicar alguém ou uma organização, como o Estado ou uma empresa. E há um triângulo do risco da fraude, que envolve o incentivo, a pressão, a



Enio Sperling Jaques e Juliana Breno

necessidade, a racionalização (justificativa) e a oportunidade. Dessa forma, ela demonstrou que os pilares de um programa de *compliance* encontram-se sedimentados na prevenção, na detecção e na reação, englobando a postura da alta administração, de instituição de políticas e de procedimentos anticorrupção para criar códigos de condutas, controles com implantação de canal de denúncia, mecanismos de detecção de desvios, treinamentos e instrução, disseminação de políticas, inclusão de monitoramentos (auditorias internas e externas) e procedimentos investigatórios.

O consultor jurídico do Sinproquim, Dr. Enio Sperling Jaques, concluiu o workshop e asseverou que a instituição de um programa de *compliance* virou uma necessidade e deve estar no foco dos gestores; portanto, precisa estar revestido de caráter pedagógico e não apenas punitivo. Sendo assim, a efetividade de um programa de *compliance*, que tem o sentido de estar em conformidade com as normas, precisa estar diretamente relacionada à importância conferida aos padrões de honestidade e integridade, ou seja, ao cumprimento das legislações vigentes, a fim de se evitar uma exposição negativa da empresa. Em seguida, ele agradeceu a palestrante Juliana Breno, pelos relevantes ensinamentos, e aos participantes por terem participado do evento.

Sindicato cria iniciativas para o desenvolvimento do setor químico industrial paulista

A diretoria do Sinproquim está trabalhando no planejamento de diversas ações que têm sido desempenhadas ao longo deste ano, e que se estenderão para 2017. O objetivo é fortalecer a indústria química paulista, por meio do desenvolvimento de suas cadeias produtivas, com o intuito de fortalecer a competitividade do mercado, com ênfase nas pequenas e médias empresas, que compõem a maior parte do setor.

O programa *Sinproquim no Campo* está entre essas ações, que teve início no final de agosto. A ideia do projeto é realizar uma média de cinco visitas por mês às empresas sindicalizadas, a fim de buscar mais interação, para que seja possível conhecer os problemas que as afetam, e colocar o Sindicato à disposição para orientá-las e assessorá-las na procura de soluções. As visitas são realizadas pelo diretor executivo da entidade, Ricardo Neves, e pelo consultor econômico, Renato Endres.

De acordo com Ricardo Neves, o programa *Sinproquim no Campo* poderá identificar demandas específicas de determinados segmentos, e, se necessário, o Sindicato analisará a viabilidade da criação de comissão para tratar o tema. “Em vez de só reproduzirmos e enfatizarmos a nossa falta de competitividade, o objetivo é analisar as razões desse déficit e as possíveis soluções para que possamos pleiteá-las junto ao poder público, se for o caso”, explicou o profissional. Esse programa inclui, também, uma maior aproximação com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), com vistas ao aperfeiçoamento e capacitação da mão de obra para o setor.

Ainda no sentido de melhorar a competitividade do setor, o Sinproquim iniciou seu primeiro estudo setorial, cujo objetivo é demonstrar as perspectivas para os segmentos de produtos finais e os reflexos sobre os produtos químicos utilizados nessa cadeia produtiva. De acordo com Renato Endres, “esse trabalho terá como principal fonte de informações o Guia da Indústria de Produtos Químicos do Estado de São Paulo”.

Por fim, vale destacar o empenho do Sinproquim no Grupo de Estudos da Secretaria de Minas e Energia do Governo do Estado de São Paulo, iniciativa criada para o diagnóstico do uso de energia nas cadeias produtivas do estado, em longo prazo. Matéria-prima e energia representam 90% dos custos da indústria química; como um dos setores mais importantes da economia industrial do Brasil, o quarto maior, o setor químico foi um dos escolhidos para fazer parte desse estudo. O Sindicato, portanto, é o representante da indústria química paulista nesse grupo de trabalho.

Diretor executivo do Sinproquim palestrou em evento promovido pelo Senai-Mauá

Ricardo Neves abordou sobre inovação no workshop “Indústria Química e seus Desafios”, que fez parte do encontro Mundo Senai 2016, evento que atinge um amplo público para discussão sobre a educação profissional, inovação e tecnologia industrial

Jovens estudantes, empresas, imprensa, governo e toda a comunidade em volta das unidades do Senai são convidados para participar, anualmente, do Mundo Senai - encontro que proporciona aos visitantes uma visão ampla sobre o universo da educação profissional, da inovação e da tecnologia industrial, por meio de discussões promovidas por especialistas da área. A edição 2016 do evento foi realizada nos dias 28 e 29 de setembro, no Senai-Mauá. No dia 29, aconteceu o workshop “Indústria Química e seus Desafios”, que contou com a participação do diretor executivo do Sinproquim, Ricardo Neves.

Na ocasião, o profissional palestrou sobre inovação na indústria química. Segundo Neves, o Brasil, hoje, é um País com sérias deficiências competitivas; esse problema não afeta apenas a

indústria química, mas a maioria das cadeias produtivas nacionais. “Se nós tivéssemos melhores condições para a qualificação de profissionais; uma situação favorável em termos financeiros; e competitividade seríamos beneficiados em vários segmentos industriais”, refletiu.

Hoje, ainda é difícil falar de uma indústria nacional forte, após 20 anos de negligências com relação ao setor. Por isso, conforme explicou o palestrante, agora não é hora de pensar no problema em si, mas como contornar essa situação. Por exemplo, o Sinproquim tem no estado de São Paulo cerca de 1000 empresas de todos os portes, que se complementam de forma bastante intensa. Para assegurar a competitividade do setor químico, portanto, é preciso incentivar essa interação. A indústria química é pujante,



Ricardo Neves

diversificada e gera empregos de alta qualidade, então é necessário buscar seu progresso. Seu faturamento anual é de US\$ 35 bilhões.

Outro fator essencial na busca de competitividade, que não se restringe apenas ao setor químico, mas envolve todas as cadeias produtivas, é a inovação da indústria. “Uma das maneiras de alcançá-la é por meio da formação de equipes envolvidas e multidisciplinares nas empresas”, disse o palestrante. Neves também falou sobre os princípios da inovação, e como ela se dá no Brasil, a partir de uma análise sobre a visão tradicional e a visão sistêmica do tema.

Ao final, ele apresentou *cases* de sucesso na indústria química brasileira em termos de inovação – BASF, Braskem, Dow Chemical e 3M.

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

Entenda como é estabelecida e qual a função da contribuição sindical

Previsto no art. 580 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), recurso é aplicado pelo Sinproquim em serviços de qualidade e assessorias prestadas às empresas sindicalizadas

A contribuição sindical patronal é um tributo que todas as empresas brasileiras devem pagar anualmente, em janeiro, ao sindicato representante da categoria econômica correspondente à atividade da empresa. O valor é proporcional ao capital social da companhia registrada na respectiva junta comercial ou órgão equivalente, como previsto no art. 580 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

O Sinproquim, como representante da indústria química instalada no estado de São Paulo, abrange as seguintes categorias econômicas: produtos químicos orgânicos e inorgânicos para fins industriais; produtos derivados do

petróleo em geral (petroquímicos, óleos, graxas lubrificantes e seus aditivos e solventes em geral); asfaltos; detergentes e sabões industriais; gases industriais; corantes e pigmentos; fluxos para solda; óleos essenciais; adesivos sintéticos; aditivos químicos para concreto; preparações químicas para a indústria de alimentação e de bebidas (aditivos e fermentos químicos, essências artificiais, flavorizantes); e produtos químicos para a indústria têxtil, de couro, de papel, metalúrgica, siderúrgica, de vidro, fotográfica, cerâmica, para tratamento de água e extintores de incêndio.

A fim de aplicar os recursos recebidos na

forma de prestação de serviços de qualidade e assessoria, o Sindicato mantém, à disposição das empresas dessas cadeias produtivas sindicalizadas, representatividade e defesa de pleitos das indústrias químicas perante as autoridades constituídas nos poderes Executivo (União, estado e município), Legislativo e Judiciário, bem como diante de órgãos como a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível (ANP) e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), apresentando sugestões de melhoria e alterações na legislação de interesse do setor.

A entidade também elabora estudos sobre cenários das negociações coletivas no estado de São Paulo e, no âmbito nacional, realiza negociações coletivas por ocasião das respectivas datas-base das categorias econômicas e defende interesses das empresas no processo de negociação com os sindicatos dos trabalhadores do estado de São Paulo, celebrando acordos e convenções coletivas de trabalho.